



PALÁCIO RUY BARBOSA

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIMULADO ESPECIAL

TCE MG

**Analista De Controle Externo -
Especialidade: Direito**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MG**, cargo de **Analista de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/BtR4rKn2Rpi8mcDn9>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/qasv>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***Texto I**

São números terríveis, deprimentes, divulgados há pouco. Segundo a nova edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", do Instituto Pró-Livro, concluída em 2024, 53% das pessoas ouvidas admitiram que, nos três meses anteriores, não tinham lido um só livro, nem mesmo em parte. E isso em qualquer mídia, física ou digital, e gênero. Não apenas a frágil área de literatura, biografia, história, infantil ou ensaio fora desprezada – nem os didáticos e religiosos, incluindo a Bíblia, mereceram uma vista d'olhos. A pesquisa revelou que, pela primeira vez, desde 2007, quando ela começou, o Brasil tem mais não leitores do que leitores.

Ao perguntarem aos 47% de leitores se haviam lido o livro inteiro, o número caiu para 27%. Ou seja, em 2024, 73% dos brasileiros não leram um livro até o fim nem para saber se o assassino era o mordomo. Comparada à pesquisa anterior, em 2019, sete milhões de pessoas tinham abandonado os livros, em todos os graus de escolaridade, classe social e faixa etária. Significa que o Brasil perdeu cerca de 1 milhão de leitores por ano. A pesquisa ouviu 5.500 pessoas em 208 municípios.

Cerca de 75% dos entrevistados admitiram que passam mais tempo diante de uma tela do que de uma página impressa. Se isso é consolo, o sujeito fica mais tempo com os olhos a 10 centímetros da tela do que fazendo qualquer outra coisa, como trabalhar, namorar, admirar a paisagem ou não fazer nada. Eu arriscaria que 90% desse tempo diante da tela também não resultam em nada de útil ou objetivo. Não se olha necessariamente para a tela em busca de um dado, uma notícia ou uma informação. Olha-se para a tela, só isso.

O desinteresse pela leitura aumenta à medida que a pessoa cresce e conclui a escola ou a deixa pelo meio. Somente 17% entre os acima de 40 anos disseram que gostam de ler. É terrível porque, quem tem hoje 40 anos, nasceu em 1985 e viveu os últimos anos de um mundo em que a leitura ainda não fora esmagada pelas mídias audiovisuais. O que aconteceu a ele para abandonar um hábito que ainda lhe foi incutido na infância?

Não sei. Só sei que fracassamos.

(Ruy Castro. Folha de São Paulo, 16/01/2025. Adaptado)

1. De acordo com o Texto 1, o aumento do número de não leitores no Brasil

- a) decorre da rotina sobrecarregada do cidadão brasileiro médio.
- b) está relacionado ao crescimento e à influência das mídias audiovisuais.
- c) evidencia a ineficiência dos investimentos públicos no incentivo à leitura.
- d) manifesta-se de forma seletiva, atingindo sobretudo as camadas mais pobres da população.
- e) pode ser revertido com a expansão do acesso a livros digitais, como e-books.

2. Conclui-se do texto que

- a) no Brasil, em 2024, os leitores revelaram desinteresse por obras de ficção policial ou de mistério.
- b) entre os gêneros citados, apenas os livros didáticos e religiosos mantiveram significativa procura entre os adultos.
- c) o desinteresse pela leitura manifesta-se, sobretudo, entre aqueles que ultrapassam os 40 anos de idade.
- d) entre 2019 e 2024, houve uma perda média anual de sete milhões de leitores no país.
- e) em 2024, a parcela majoritária da população brasileira não concluiu a leitura de nenhum livro.

3. No quarto parágrafo do Texto 1, o termo “lhe”, em “O que aconteceu a ele para abandonar um hábito que ainda lhe foi incutido na infância?”, refere-se a:

- a) “desinteresse pela leitura”
- b) “a pessoa”
- c) “quem tem hoje 40 anos”
- d) “um mundo”
- e) “um hábito”

4. Considerando sua organização e tipologia, o texto deve ser classificado como predominantemente:

- a) expositivo;
- b) injuntivo;
- c) descritivo;
- d) argumentativo;
- e) narrativo.

5. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do Texto 1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- a) “Não se olha necessariamente para a tela” (quarto período do terceiro parágrafo): **Não olha-se necessariamente para a tela**
- b) “Olha-se para a tela” (quinto período do terceiro parágrafo): **Se olha para a tela**
- c) “que ainda lhe foi incutido na infância” (último período do quarto parágrafo): **que ainda foi incutido-lhe na infância**
- d) “73% dos brasileiros não leram um livro” (segundo período do segundo parágrafo): **73% dos brasileiros não leram-no**
- e) “O que aconteceu a ele para abandonar um hábito” (último período do quarto parágrafo): **O que aconteceu a ele para abandoná-lo**

6. São acentuadas graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica as palavras

- a) “há”, “também” e “só”.
- b) “útil”, “frágil” e “concluída”.
- c) “terríveis”, “mídias” e “infância”.
- d) “página”, “números” e “Bíblia”.
- e) “centímetros”, “física” e “notícia”.

7. No Texto 1, o segmento “pelas mídias audiovisuais” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de:

- a) agente da passiva.
- b) complemento nominal.
- c) sujeito.
- d) objeto indireto.
- e) adjunto adverbial.

8. No trecho “Ou seja, em 2024, 73% dos brasileiros não leram um livro até o fim nem para saber se o assassino era o mordomo” (segundo período do segundo parágrafo), o vocábulo “se”:

- a) classifica-se como conjunção condicional.
- b) indica que a primeira oração do trecho está na voz passiva.
- c) exprime ideia de reflexividade na oração em que se insere.
- d) admite substituição por “que” mantendo a correção gramatical.
- e) funciona como sujeito da forma verbal “saber”.

9. No trecho “viveu os últimos anos de um mundo em que a leitura ainda não fora esmagada pelas mídias audiovisuais”, o segmento “em que” poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical, por:

- a) aonde
- b) na qual
- c) nos quais
- d) onde
- e) que

10. No quarto parágrafo do Texto 1, o segmento “que a leitura ainda não fora esmagada pelas mídias audiovisuais” classifica-se sintaticamente como:

- a) uma oração adverbial.
- b) um adjunto adverbial.
- c) um adjunto adnominal.
- d) uma oração adjetiva.
- e) uma oração substantiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

11. A organização administrativa brasileira é estruturada de forma a permitir que a execução das funções do Estado ocorra de maneira eficiente e adequada às diversas realidades e finalidades públicas. Considerando os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração, assinale a alternativa correta.

- a) A descentralização administrativa caracteriza-se pela criação de órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, que passam a exercer parte das competências administrativas originalmente concentradas no órgão central.
- b) A centralização administrativa ocorre quando a execução das atividades administrativas é realizada diretamente pelos órgãos e agentes da Administração Direta, sem a transferência de execução a outras pessoas jurídicas.
- c) A desconcentração administrativa é forma de repartição de competências entre diferentes pessoas jurídicas, que passam a atuar de modo autônomo, ainda que vinculadas entre si.
- d) A descentralização política é a forma de distribuição interna de competências dentro de uma única pessoa jurídica de direito público, visando à eficiência funcional.
- e) A concentração administrativa é o fenômeno pelo qual o Estado transfere a execução de atividades administrativas às entidades da Administração

Indireta, conferindo-lhes personalidade jurídica própria.

12. Os atos administrativos são instrumentos pelos quais a Administração manifesta sua vontade para a realização de suas funções. Esses atos possuem determinados atributos e podem ser classificados em espécies segundo os efeitos que produzem. A respeito desses elementos, assinale a alternativa correta.

- a) A imperatividade é atributo que confere aos atos administrativos força coercitiva, permitindo que imponham obrigações ou restrições aos administrados, ainda que sem o seu consentimento.
- b) A presunção de legitimidade aplica-se exclusivamente aos atos discricionários, não alcançando os atos vinculados.
- c) A autoexecutoriedade corresponde à prerrogativa de a Administração anular, de ofício, seus próprios atos, quando verificada ilegalidade.
- d) A tipicidade é o atributo que assegura liberdade à Administração para criar novos tipos de atos administrativos, de acordo com a conveniência e oportunidade.
- e) Os atos enunciativos caracterizam-se por expressar comandos impositivos e vinculantes, como multas e advertências, gerando efeitos punitivos.

13. A atuação administrativa do Estado é sustentada por prerrogativas denominadas poderes administrativos, que asseguram à Administração Pública meios para o cumprimento de suas finalidades. Sobre os poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia, assinale a alternativa correta.

- a) O poder hierárquico confere à Administração a prerrogativa de aplicar sanções disciplinares aos seus agentes e servidores.
- b) O poder disciplinar autoriza a Administração a estruturar sua organização interna e a distribuir competências entre seus órgãos e agentes.
- c) O poder regulamentar possibilita ao chefe do Poder Executivo editar decretos e regulamentos destinados a dar fiel execução às leis, sem inovar na ordem jurídica.
- d) O poder de polícia é inteiramente vinculado, sem qualquer margem de discricionariedade para a Administração Pública.
- e) O poder hierárquico pode ser exercido entre diferentes pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta, com base no princípio da subordinação.

14. O controle da Administração Pública constitui instrumento essencial de legalidade, moralidade e eficiência no exercício da função administrativa. A respeito das espécies e finalidades de controle, assinale a alternativa correta.

- a) O controle interno é aquele exercido por um Poder sobre os atos e agentes de outro Poder, a fim de assegurar a harmonia entre eles.
- b) O controle externo é aquele exercido dentro de cada Poder, por meio da revisão e correção de seus próprios atos e agentes.
- c) O controle judicial abrange a análise tanto da legalidade quanto do mérito administrativo, podendo o Judiciário substituir a decisão do administrador público.
- d) O controle legislativo inclui, entre suas formas, o julgamento das contas do Presidente da República

e a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

- e) O controle administrativo é realizado exclusivamente pelos Tribunais de Contas, que exercem poder de decisão sobre todos os atos administrativos.

15. A responsabilidade civil do Estado constitui uma das manifestações mais relevantes do Estado de Direito, assegurando ao administrado o direito à reparação pelos danos causados pela atuação estatal. Sobre os requisitos e causas excludentes ou atenuantes dessa responsabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil do Estado, segundo a Constituição Federal, é sempre subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente público.
- b) A teoria do risco administrativo, adotada pelo ordenamento brasileiro, exclui completamente a possibilidade de causas que afastem a responsabilidade estatal.
- c) A culpa exclusiva da vítima é causa excludente da responsabilidade civil do Estado, por romper o nexo de causalidade entre o dano e a atuação administrativa.
- d) O caso fortuito e a força maior são irrelevantes para a análise da responsabilidade civil do Estado, uma vez que o dano deve ser reparado em qualquer hipótese.
- e) Nos casos de omissão do Estado, a responsabilidade é sempre objetiva, não sendo necessária a demonstração de culpa administrativa.

16. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos - nº 14.133/2021, que disciplina as modalidades de licitação e as hipóteses de contratação direta, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, devendo o julgamento se basear nos critérios de menor preço ou de maior desconto, conforme previsto em edital.
- b) A concorrência é a modalidade adequada para contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços de engenharia, admitindo critérios como menor preço, melhor técnica ou técnica e preço.
- c) O diálogo competitivo é aplicável a qualquer tipo de contratação, independentemente de inovação tecnológica ou complexidade, desde que haja interesse da Administração em dialogar com os licitantes.
- d) A licitação é dispensável, entre outras hipóteses, em situações de guerra ou grave perturbação da ordem, conforme previsto expressamente em lei.
- e) A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, especialmente na contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

havam sido objeto de manifestação ou declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal.

Com base na competência constitucional do Senado Federal em matéria de controle de constitucionalidade e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A Resolução do Senado Federal é integralmente constitucional, pois, ao editar a Resolução, o Senado exerce um ato político discricionário, podendo interpretar a decisão do STF e estender a suspensão para dar coerência ao ordenamento jurídico.
- b) A Resolução é válida, mas apenas se a extensão da suspensão tiver ocorrido com o quórum de maioria absoluta do Senado Federal, o que confere poder de suspensão autônoma ao Legislativo sobre atos normativos estaduais.
- c) A Resolução do Senado é inconstitucional, pois a sua competência para suspender a execução de leis é limitada estritamente ao teor da decisão definitiva de inconstitucionalidade proferida pelo STF em controle incidental, não podendo inovar.
- d) A suspensão da execução dos dispositivos não examinados pelo STF é válida, mas o ato é de natureza regulamentar e não se encaixa na competência do Senado, devendo ser exercido por Decreto Legislativo da Mesa do Congresso Nacional.
- e) A Resolução do Senado só seria inconstitucional se tivesse suspenso a execução de lei federal; no caso de lei estadual, a suspensão autônoma é permitida pelo princípio federativo, já que se trata de ato político de ingerência sobre o âmbito local.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

17. Após o julgamento de um Recurso Extraordinário pelo STF, que havia reconhecido a inconstitucionalidade de dispositivos de uma lei estadual por via de controle incidental, o Senado Federal editou uma Resolução. No entanto, essa Resolução, além de suspender a execução da parte da lei estadual declarada inconstitucional pelo STF, estendeu seus efeitos para suspender a execução de outros dispositivos da mesma lei que não

18. Em uma investigação de primeira instância que apura crimes de corrupção, a autoridade policial identificou a necessidade de realizar uma busca e apreensão de equipamentos e documentos em um gabinete de Deputado Federal e no apartamento funcional por ele ocupado, ambos situados em Brasília. Embora o parlamentar não seja o alvo direto da investigação, os bens procurados pertencem a um ex-assessor que atualmente não detém foro por prerrogativa de função. O juiz federal responsável pelo caso, visando garantir a celeridade da diligência, autorizou a expedição dos mandados para cumprimento pela Polícia Federal.

Diante do quadro fático e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A busca e apreensão é válida, pois, não sendo o Deputado Federal o alvo direto da investigação, a competência para autorizar a medida é do juízo de primeira instância, conforme as regras ordinárias de competência do Código de Processo Penal.
- b) A competência para autorizar medidas cautelares probatórias, nas dependências do Congresso Nacional e em imóveis funcionais de parlamentares é exclusiva do STF, mesmo que a investigação não tenha o parlamentar como alvo direto.
- c) A medida é nula, pois a prerrogativa de foro impede a realização de qualquer diligência investigatória ou cautelar que atinja o mandato parlamentar, mesmo que a investigação não tenha o parlamentar como alvo direto.
- d) A busca e apreensão no gabinete é de competência exclusiva do STF, mas a diligência no imóvel funcional segue a regra geral, sendo válida a autorização pelo juiz de primeira instância, visto que o imóvel não é considerado casa para fins de inviolabilidade.
- e) A validade da busca e apreensão depende de prévia e expressa autorização da Casa Legislativa, Câmara dos Deputados ou Senado Federal, e não do Poder Judiciário.

19. Em dezembro de 2024, no exercício do mandato, o Prefeito do Município Alfa, Marcos Antunes, praticou um ato que, posteriormente, foi tipificado como crime funcional contra a administração pública, relacionado ao desvio de verbas destinadas à saúde municipal. Marcos Antunes concluiu seu mandato em 31 de dezembro de 2024 e, em janeiro de 2025, deixou o cargo. A investigação criminal relacionada ao caso foi concluída e o Ministério Público apresentou a denúncia em fevereiro de 2025. O órgão jurisdicional competente para processar e julgar o Prefeito Marcos Antunes, enquanto estava no cargo, era o Tribunal de Justiça.

Com base na situação fática e na atual orientação jurisprudencial do STF, assinale a alternativa que indica o juízo competente para o processamento e julgamento da ação penal

- a) A ação penal deve ser remetida imediatamente para o Juízo de primeira instância da Justiça Comum, pois a prerrogativa de foro se encerra com o término do mandato, conforme o princípio da atualidade.
- b) O Tribunal de Justiça permanece competente para o processamento e julgamento da ação penal, pois a prerrogativa de foro subsiste, visto que o crime praticado foi funcional, ou seja, cometido em razão do cargo.
- c) O Tribunal de Justiça deve declinar da competência, pois a denúncia foi oferecida após a cessação das funções, o que atrai a competência do Juízo de primeira instância, salvo se a instrução processual já estivesse concluída.
- d) A competência é do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, considerando que a verba desviada tinha origem federal, o que desloca a natureza do crime para a esfera federal.
- e) A competência deve ser aferida de acordo com a regra anterior à conclusão da instrução processual, sendo que, na ausência de conclusão da instrução em 31/12/2024, a ação deve ser remetida à primeira instância.

20. João, maior de idade e plenamente capaz, testemunha de Jeová, foi internado em hospital público após sofrer acidente grave que ocasionou hemorragia intensa. Os médicos recomendaram transfusão sanguínea imediata como forma de salvar sua vida. No entanto, João recusou expressamente o procedimento, alegando motivos religiosos, tendo registrado sua vontade de forma escrita e assinada, na presença de testemunhas, e já possuindo diretivas antecipadas de vontade depositadas em cartório.

A equipe médica, por sua vez, ponderou que havia possibilidade técnico-científica de adotar outro tratamento eficaz, disponível no SUS, sem utilização de sangue. O hospital, porém, questionou se deveria respeitar a recusa do paciente ou se estaria obrigado a realizar a transfusão, independentemente de sua vontade.

No mesmo período, os pais de uma criança também adepta da mesma religião recusaram transfusão de sangue em favor de seu filho de 12 anos, que necessitava do procedimento. Nessa hipótese, não havia alternativa terapêutica segura além da transfusão.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A recusa de Pedro deve ser respeitada, desde que inequívoca, livre, informada e consciente, cabendo ao Estado fornecer, quando viável, tratamento médico alternativo disponível no SUS.
- b) O hospital deve realizar a transfusão em Pedro mesmo contra a sua vontade, pois a recusa é juridicamente inválida, configurando renúncia ao direito fundamental à vida, que é indisponível.
- c) Pedro, sendo maior e capaz, não pode recusar tratamento que implique risco de morte, prevalecendo o dever estatal de preservação da vida sobre sua liberdade religiosa.
- d) Os pais da criança podem, por motivo religioso, recusar a transfusão, mesmo sem alternativa terapêutica eficaz, prevalecendo a liberdade de crença.

- e) O hospital não pode oferecer qualquer tratamento alternativo, pois a recusa religiosa não gera obrigação estatal de custear procedimentos médicos diversos do protocolo padrão.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Sobre as disposições constitucionais, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) realizar, apenas por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluindo as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a município.
- e) sustar, de imediato, a execução de contrato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

22. Julgue os itens a seguir e marque a opção correta:

- I. Em todos os processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, em observância ao princípio constitucional do devido processo legal e da ampla defesa.
- II. Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- III. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

23. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.
- d) o Tribunal de Contas pode determinar que o sistema de controle interno realize auditorias, em razão do dever constitucional de cooperação entre os sistemas de controle.

e) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria

24. O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em O espírito das leis, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema atual é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.
- d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.
- e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

25. Caso o Tribunal de Contas de Minas Gerais tenha a necessidade de examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle, será adotado, como instrumento de fiscalização, o(a):

- a) auditoria
- b) inspeção
- c) acompanhamento
- d) monitoramento
- e) requisição de informações e documentos

26. Sobre os recursos que podem ser apresentados ou opostos nos processos perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, julgue os itens a seguir:

- I. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão, erro material ou contradição em acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno ou pelas câmaras e em decisões monocráticas.
- II. Das decisões definitivas proferidas pelo Tribunal Pleno, pelas câmaras ou pelo relator caberá recurso ordinário, que será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- III. As partes poderão, pessoalmente ou por procurador constituído, produzir sustentação oral em embargos de declaração, mediante despacho do Presidente do Tribunal ou de Câmara.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

27. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Assim, na seara penal, a DUDH afirma:

- a) A presunção de culpabilidade do acusado subsiste até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, sendo necessária a garantia de defesa em julgamento público para sua plena efetivação.
- b) O princípio da anterioridade da lei penal exige que a culpabilidade seja provada por um ato que já constituía delito perante o direito nacional, excluindo-se o direito internacional.
- c) A aplicação de pena mais forte do que aquela aplicável no momento da prática do ato delituoso é vedada, caracterizando a irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- d) A exigência de julgamento público e a garantia de defesa são aplicáveis somente aos crimes dolosos contra a vida, não se estendendo a todos os atos delituosos.
- e) A lei que comine pena mais leve pode retroagir em benefício do réu bem como poderá impor pena mais forte do que a aplicável no momento da prática do delito.

28. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e estabelece conceitos fundamentais para a aplicação das normas de inclusão, julgue as assertivas a seguir e assinale a opção correta:

- a) Barreiras conceituam-se como entraves de natureza física (urbanística, arquitetônica e nos transportes).
- b) Barreiras são todo entrave, obstáculo ou comportamento que impeça o gozo de direitos pela pessoa com deficiência, sendo divididas em três categorias: urbanísticas, arquitetônicas e nos transportes.
- c) As barreiras tecnológicas são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias, diferentemente das barreiras nas comunicações e na informação, as quais tratam exclusivamente de entraves ao recebimento de mensagens.
- d) Barreiras atitudinais, classificadas como atitudes ou comportamentos que prejudicam a participação de pessoas com deficiência em igualdade de condições às demais pessoas, dispõem-se junto ao seio social em muitos casos exemplificando o capacitismo.
- e) Barreiras nos transportes são os obstáculos existentes no transporte público, bem como as vias e os espaços públicos e privados de uso coletivo.

29. Com fundamento na Lei Federal n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, assinale a proposição que apresenta corretamente as diretrizes relativas aos edifícios públicos ou de uso coletivo:

- a) Nas áreas de estacionamento de uso público, a reserva de vagas próximas dos acessos de pedestres é exigida para veículos que transportem pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção permanente ou temporária
- b) O acesso ao interior da edificação deve ser integralmente livre de barreiras arquitetônicas em todas as suas portas e entradas, de modo a garantir a ampla acessibilidade.
- c) É suficiente que apenas o percurso principal, entre as dependências e serviços do edifício e a área externa, atenda aos requisitos de acessibilidade, sendo a comunicação vertical e horizontal desnecessária.
- d) A obrigação de execução de modo acessível se aplica somente aos novos edifícios públicos e às reformas realizadas em edifícios privados, excluindo as ampliações.
- e) A Lei impõe que os edifícios de uso coletivo disponham de, pelo menos, um banheiro acessível, devendo seus equipamentos e acessórios ser distribuídos de forma utilizável pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

30. A respeito da distinção entre os conceitos de Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os Direitos Fundamentais representam o conjunto de direitos positivados em tratados e documentos de âmbito internacional, ao passo que os Direitos Humanos correspondem aos direitos reconhecidos e protegidos na ordem jurídica interna de um Estado.
- b) A principal diferença reside na fonte de posituação: Direitos Humanos são aqueles reconhecidos e protegidos no âmbito do Direito Constitucional interno, enquanto Direitos Fundamentais são reconhecidos no plano supranacional e internacional.
- c) Direitos Humanos são os direitos subjetivos inerentes à pessoa humana e de caráter universal, exigindo reconhecimento no plano internacional, já os Direitos Fundamentais são os Direitos Humanos que foram formalmente incorporados e positivados na Constituição de um determinado Estado, em um plano interno.
- d) A distinção é meramente semântica e não possui relevância jurídica; ambos os termos são usados indistintamente pela doutrina majoritária, que defende não haver fatores de distinção entre ambos, pois os dois referem-se ao conjunto de liberdades e prerrogativas essenciais à dignidade da pessoa humana.

O que distingue tais conceitos é sua extensão, uma vez que os Direitos Humanos englobam a terceira geração (direitos de solidariedade), compõem um rol mais amplo e completo de direitos, enquanto os Direitos Fundamentais limitam-se à primeira e à segunda geração (liberdades e direitos sociais) por serem de maior relevância aos Estados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Uma empresa de engenharia venceu uma licitação para a reforma de uma delegacia de polícia no interior de Minas Gerais. O contrato administrativo, no valor de R\$ 2 milhões, prevê a exigência de garantia contratual. A Administração Pública solicitou que a empresa apresentasse uma garantia na modalidade fiança bancária no importe de R\$ 400 mil. A empresa se opôs, afirmando que a exigência era abusiva. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a exigência da Administração está:

- a) correta, pois em obras e serviços de engenharia, a garantia pode ser de até 30% do valor do contrato, a critério da Administração.
- b) incorreta, pois a garantia, como regra geral, não poderá exceder a 5% do valor inicial do contrato, não havendo justificativa para majoração da regra legal, e em regra o poder público não pode exigir uma modalidade de garantia em detrimento das outras.
- c) correta, pois a modalidade seguro-garantia permite à Administração exigir percentuais maiores do que as outras modalidades.
- d) incorreta, pois o poder público não pode exigir uma modalidade de garantia em detrimento das outras, embora o valor da garantia esteja correto.
- e) incorreta, pois em regra o poder público não pode exigir mais que 5% do valor do contrato a título de garantia, embora possa exigir uma modalidade de garantia em detrimento das outras.

32. O Governador de determinado Estado nomeou seu irmão, formado em administração, com pós graduação na área de transportes, para o cargo de Secretário de Estado de Transportes. A nomeação foi questionada por um partido de oposição, sob o argumento de que violaria a vedação ao nepotismo. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a nomeação é:

- a) regular, pois a Súmula Vinculante nº 13, que veda o nepotismo, não se aplica aos cargos de natureza política, como o de Secretário de Estado.
- b) irregular, pois a nomeação de parentes, mesmo para cargos políticos, é expressamente vedada pela Constituição Federal.
- c) regular, desde que o nomeado possua notório saber jurídico e reputação ilibada, requisitos para qualquer cargo político.
- d) irregular, pois a Súmula Vinculante nº 13 se aplica a todos os cargos da Administração Pública, sem exceção.
- e) regular, pois a vedação ao nepotismo só se aplica a cargos em comissão de chefia, direção e assessoramento, e não aos de agentes políticos.

33. Para gerir de forma conjunta o tratamento de resíduos sólidos, os municípios de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, decidem formar uma entidade interfederativa. Para tanto, celebram um protocolo de intenções que, após ser ratificado por lei pelos respectivos legislativos municipais, dará origem a uma associação pública. De acordo com a Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), este consórcio:

- a) terá personalidade jurídica de direito público, passando a integrar a administração indireta de ambos os Municípios.
- b) terá personalidade jurídica de direito público ou privado, a depender do que dispuser o seu contrato de constituição.
- c) será sempre uma associação civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos.

d) será uma autarquia intermunicipal, subordinada hierarquicamente aos prefeitos de ambos os municípios.

e) terá personalidade de direito privado, mas integrará a administração direta dos entes consorciados.

34. O Estado de Minas Gerais foi condenado a pagar uma indenização a um cidadão que foi erroneamente preso por um policial civil. Após o trânsito em julgado da decisão e o pagamento da indenização, o Estado pretende reaver o valor do policial que cometeu o erro. Sobre a ação de regresso, com base no Art. 37, § 6º, da Constituição Federal e na jurisprudência do STF:

- a) o Estado pode ajuizar a ação de regresso a qualquer tempo, pois a pretensão é imprescritível.
- b) a responsabilidade do agente perante o Estado é objetiva, bastando comprovar o erro na prisão.
- c) o Estado deve comprovar que o agente público agiu com dolo ou culpa para que a ação de regresso seja procedente.
- d) a ação de regresso deve ser ajuizada obrigatoriamente no mesmo processo em que o Estado foi condenado, na forma de denunciação da lide.
- e) o Estado só pode cobrar do agente 50% do valor pago, pois a responsabilidade é solidária.

35. Carlos foi reprovado no exame psicotécnico do concurso para policial militar. O edital previa a aplicação do teste, mas não estabelecia os critérios objetivos de avaliação que seriam utilizados. Inconformado, Carlos pretende recorrer ao Poder Judiciário. Considerando a jurisprudência do STF sobre o controle jurisdicional dos atos administrativos, é correto afirmar que o Judiciário:

- a) não pode analisar o ato, pois o mérito da avaliação psicotécnica é discricionário e insuscetível de controle judicial.
- b) pode anular o ato de reprovação por vício de legalidade, uma vez que a ausência de critérios objetivos no edital fere a lei e a Constituição.
- c) pode realizar um novo exame psicotécnico em Carlos, substituindo a avaliação da banca examinadora.
- d) só pode analisar o ato se houver prova de que o psicólogo aplicador do teste agiu com dolo ou má-fé contra Carlos.
- e) não pode anular o ato, mas pode determinar que a Administração Pública indenize Carlos pelos danos morais sofridos.

36. Considerando as regras previstas na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), especialmente em seus artigos 7º e 8º, marque a alternativa que não autoriza o tratamento de dados pessoais:

- a) cumprimento de obrigação legal pelo agente de tratamento de dados denominado controlador dos dados.
- b) realização de estudos por órgão de pesquisa garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- c) execução de contrato do qual seja parte o titular, desde que a pedido do titular dos dados.
- d) mediante consentimento dado pelo titular do dado, autorizando genericamente o controlador por escrito.
- e) exercício regular de direitos em processo arbitral.

37. No que se refere às restrições de acesso às informações custodiadas pelo poder público, assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são computados a partir da data da respectiva produção e são de 15, 10 e 5 anos para informações classificadas como ultrassecretas, secretas e reservada, respectivamente.
- b) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.
- c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.
- d) A autoridade máxima de cada órgão publicará, semestralmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.
- e) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade publicará, semestralmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

38. Nos termos dispostos no Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir:

- I. O Registro de Preços poderá ser adotado quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão, inclusive nas compras centralizadas, entre outras hipóteses.
- II. Na contratação para registro de preços, a dotação orçamentária é prescindível para a realização da licitação, somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, devendo ser contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional.
- IV. É vedado o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem a indicação do total de itens a ser adquirido.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

39. Sobre a liberdade de associação prevista no art. 5º, incisos XVII a XXI, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de associações depende de autorização do Poder Executivo quando a finalidade envolver atividades econômicas, sendo legítima a interferência estatal em seu funcionamento.

- b) As associações podem ser compulsoriamente dissolvidas por ato administrativo do Ministério Público, bastando posterior controle judicial.
- c) Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, sendo vedada a associação de caráter paramilitar.
- d) As entidades associativas possuem legitimidade automática para representar judicialmente todos os residentes do território nacional, independentemente de autorização.
- e) A suspensão das atividades de uma associação exige trânsito em julgado da decisão judicial, ao passo que sua dissolução pode ocorrer liminarmente por decisão administrativa.

40. A respeito do direito de nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) A aquisição voluntária de outra nacionalidade continua a acarretar a perda da nacionalidade brasileira, salvo quando a naturalização for imposta como condição para residência ou exercício de direitos civis no país estrangeiro.
- b) O cancelamento da naturalização por atividade nociva ao interesse nacional pode ser decretado por ato do Presidente da República, com posterior controle judicial, autorizando a extradição do ex-brasileiro.
- c) O brasileiro nato é inextraditável; o naturalizado pode ser extraditado por crime comum praticado **antes** da naturalização ou por envolvimento em **tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**; e a mera aquisição de outra nacionalidade **não** acarreta perda da brasileira após a EC 131/2023.
- d) A perda da nacionalidade por **pedido do brasileiro** só é possível quando ele comprovar aquisição prévia de outra nacionalidade por vontade própria.
- e) O reconhecimento **originário** de nacionalidade estrangeira, por força da lei do outro país, acarreta perda automática da nacionalidade brasileira, admitindo-se, em seguida, a extradição.

41. Durante um julgamento no STF, discutiu-se a interpretação do art. 5º, XII, da CF/1988, que dispõe:

“é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”.

O relator afirmou que a proteção ao sigilo de correspondência e de dados é de aplicabilidade imediata, embora possa sofrer restrição em situações constitucionais excepcionais. Já quanto à interceptação telefônica, destacou que a sua execução depende de lei regulamentadora, inexistindo aplicabilidade direta e integral do texto.

Com base na classificação de José Afonso da Silva, é correto afirmar que

- a) Tanto a proteção ao sigilo de correspondência e dados quanto a interceptação telefônica são normas de eficácia limitada, pois exigem regulamentação legal para produzir efeitos.
- b) A inviolabilidade de correspondência e de dados é norma de eficácia contida, enquanto a disciplina sobre interceptação telefônica é norma de eficácia limitada.
- c) Ambas são normas de eficácia contida, já que comportam restrições advindas de lei infraconstitucional e de situações constitucionais específicas.
- d) A inviolabilidade de correspondência e dados é norma de eficácia plena, e apenas a interceptação telefônica é norma de eficácia contida.
- e) A inviolabilidade de correspondência e dados é norma de eficácia limitada, porque pode sofrer restrição em estado de defesa ou sítio, e a interceptação telefônica é norma de eficácia plena, por depender apenas de ordem judicial.

42. Sobre a competência para julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso extraordinário ao STF e o recurso especial ao STJ exigem demonstração de repercussão geral e podem impugnar matéria constitucional e infraconstitucional indistintamente.
- b) O recurso extraordinário ao STF cabe contra decisões de última ou única instância que contrariem a Constituição ou julguem válida lei local em face de lei federal, enquanto o recurso especial ao STJ cabe quando a decisão contraria tratado ou lei federal, julga válido ato de governo local em face de lei federal ou quando há divergência na interpretação de lei federal entre tribunais.
- c) O recurso especial é cabível para reexaminar fatos e provas quando houver dissídio jurisprudencial, enquanto o recurso extraordinário não admite reexame probatório.
- d) O recurso extraordinário não exige prequestionamento da matéria constitucional, ao passo que o recurso especial exige prequestionamento apenas quando fundado em tratado.
- e) Ambos admitem, como regra, a rediscussão do conjunto fático-probatório e a revisão do quantum indenizatório sempre que demonstrado erro grosseiro do tribunal de origem.

43. Numa aula de Direito Constitucional, a professora pediu que a turma analisasse as características da Constituição Federal de 1988. Um dos alunos afirmou que se trata de uma Constituição escrita, pois está sistematizada em um único documento. Outro destacou que ela é dogmática, pois foi elaborada de forma racional, em momento específico da história, e não fruto da lenta evolução histórica. Um terceiro lembrou que é promulgada, já que decorreu da manifestação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Por fim, o grupo concordou que sua estabilidade é garantida pela rigidez, pois qualquer alteração depende de procedimento especial de emenda.

Considerando tais características, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 deve ser classificada como

- a) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; flexível, quanto à estabilidade.
- b) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade.
- c) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; histórica, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.
- d) material, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; outorgada, quanto à origem; semiflexível, quanto à estabilidade.
- e) formal, quanto ao conteúdo; escrita, quanto à forma; dogmática, quanto ao modo de elaboração; promulgada, quanto à origem; rígida, quanto à estabilidade.

44. Em reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, debateu-se a proposta de desmembrar parte de um Estado para criação de nova unidade federativa. Um deputado sustentou que bastaria lei ordinária federal. Outro defendeu ser indispensável consultar previamente a população da área afetada, por plebiscito. À luz da Constituição, a criação de um novo Estado brasileiro

- a) exige autorização prévia do Supremo Tribunal Federal e, depois, lei ordinária federal que formalize a alteração.
- b) requer aprovação popular mediante plebiscito da população diretamente interessada e, em seguida, lei complementar federal aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) depende apenas de lei complementar federal, sendo dispensável a consulta popular.
- d) pressupõe emenda à Constituição estadual do ente de origem, aprovada pela respectiva Assembleia Legislativa.
- E) pode ser deflagrada por iniciativa popular nacional, com plebiscito válido para todo o país.

45. O Prefeito de um município editou decreto proibindo a circulação de motocicletas após as 22h, sob o argumento de prevenir crimes. A União já dispõe de legislação federal de trânsito com normas gerais sobre circulação, penalidades e fiscalização. Cidadãos propuseram ação questionando a validade do ato municipal por violação à repartição de competências. À luz da Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) O decreto municipal é válido, porque o Município possui competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte no perímetro urbano.
- b) O decreto municipal é inválido, pois cabe exclusivamente à União a disciplina do trânsito e do transporte, sem qualquer espaço de atuação municipal.
- c) O decreto municipal é válido, já que o Município exerce competência concorrente com a União para legislar sobre trânsito, podendo editar medidas mais rígidas.
- d) O decreto municipal é inválido porque a competência municipal limita-se a temas de interesse local, e trânsito nunca se enquadra como tal.
- e) O decreto municipal é inválido, pois ao Município compete executar e suplementar as normas gerais federais (art. 30, I e II, CF), não sendo lícito inovar para criar restrição desproporcional ao direito de locomoção (art. 5º, XV, CF) por simples decreto.

46. Durante a legislatura em curso, a Câmara dos Deputados instalou CPI para apurar supostas irregularidades em programas habitacionais, mediante requerimento subscrito por 1/3 dos membros e com fatos determinados. No curso dos trabalhos, a CPI decidiu:

- I. determinar a quebra de sigilo bancário de investigado;
- II. intimar magistrado federal para explicar sentença proferida em processo envolvendo empresa investigada;
- III. aprovar a condução coercitiva de testemunha que, sem justificativa, não compareceu;
- IV. decretar prisão preventiva de empresário acusado de tentar destruir documentos.

À luz da CF/88 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Todas as medidas I–IV se inserem nos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais conferidos às CPIs.
- b) A CPI pode quebrar sigilo bancário, mas não pode convocar magistrado para depor sobre sentença por ele proferida.
- c) A CPI pode decretar prisão preventiva, pois seus poderes se equiparam aos do Judiciário.
- d) A CPI não pode requisitar condução coercitiva de testemunha, ainda que ausente justificativa para a falta.
- e) A CPI não pode intimar testemunhas, limitando-se a requisitar documentos.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

47. A minuta da LOA trouxe, além da previsão de receitas e fixação de despesas, dispositivos autorizando créditos suplementares e a contratação de operações de crédito por antecipação da receita (ARO). À luz do princípio da exclusividade, conclui-se que tais dispositivos:

- a) violam a exclusividade, porque qualquer autorização de crédito suplementar só cabe em lei específica.
- b) são excepcionados pelo texto constitucional, que admite créditos suplementares e operações de crédito, inclusive ARO.
- c) violam a exclusividade ao mencionarem ARO, admitindo-se apenas operações de crédito de longo prazo.
- d) são compatíveis com a exclusividade, desde que a ARO esteja limitada a 10% da RCL.
- e) só seriam válidos se constassem na LDO, e não na LOA.

48. Ao analisar a LOA, o controle interno identificou dotações globais para “serviços” sem discriminação por natureza da despesa e programação. Tal prática:

- a) observa a universalidade e a unidade.
- b) é compatível com a anualidade em razão do curto prazo.
- c) observa a exclusividade por evitar normas permanentes.
- d) viola a especialização/especificação, que veda dotações genéricas não discriminadas.
- e) é admitida na execução, desde que certificada pela auditoria interna.

Acerca do assunto Estágios da Receita e da Despesa, julgue os itens que se seguem.

49. Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual, a equipe de planejamento da União foi orientada a revisar as estimativas de receitas para compatibilizá-las com o cenário macroeconômico, o comportamento histórico das arrecadações e as metas fiscais da LDO. Nesse caso, a fase descrita e sua principal característica correspondem a:

- a) Previsão da receita, que tem caráter técnico e planejador, apoiando-se em séries históricas, indicadores econômicos e nas metas fiscais definidas na LDO.
- b) Arrecadação da receita, fase de execução, caracterizada pela entrada efetiva de recursos nos cofres públicos.
- c) Lançamento da receita, fase contábil que reconhece o crédito e exige o recolhimento imediato.
- d) Recolhimento da receita, que encerra o ciclo com o registro financeiro do ingresso.
- e) Realização financeira, etapa extraorçamentária destinada à execução dos ingressos de capital.

50. Durante a execução orçamentária, a Secretaria da Receita Federal reconheceu o direito da União ao recebimento de determinado tributo após verificar a ocorrência do fato gerador, identificar o sujeito passivo e calcular o montante devido, ainda sem o ingresso dos recursos nos cofres públicos.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) O fato descrito corresponde à fase de arrecadação, pois há o reconhecimento do crédito e o recolhimento simultâneo.
- b) Trata-se da fase de lançamento, que constitui o crédito da União contra o contribuinte, formalizando a exigibilidade do tributo.
- c) O procedimento retrata a fase de recolhimento, por envolver a transferência do recurso ao caixa do Tesouro Nacional.
- d) A operação refere-se à fase de previsão da receita, uma vez que o valor reconhecido já integra a estimativa constante da LOA.
- e) O lançamento é ato meramente declaratório, que apenas confirma o crédito já existente em favor do Estado.

51. Em auditoria, o TCU identificou que determinado órgão federal efetuou o pagamento de despesas com recursos orçamentários sem prévia liquidação, embora houvesse empenho devidamente registrado. À luz dos princípios que regem a execução da despesa pública, essa situação configura:

- a) Irregularidade formal, uma vez que o pagamento não depende de comprovação do direito do credor.
- b) Despesa não processada, por ausência da liquidação que antecede o pagamento.
- c) Despesa ilegal, pois o pagamento sem a verificação prévia do direito do credor viola a sequência obrigatória dos estágios da despesa e enseja responsabilização do gestor.
- d) Despesa processada, pois houve empenho prévio, dispensando a liquidação.
- e) Despesa extraorçamentária, por se tratar de execução fora do orçamento fiscal.

Acerca dos assuntos Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e Suprimento de Fundos, julgue os itens que se seguem.

52. Durante o encerramento do exercício financeiro, uma secretaria estadual constatou que determinadas despesas, devidamente empenhadas e liquidadas, não haviam sido quitadas até 31 de dezembro. O gestor determinou que os valores fossem inscritos em restos a pagar.

Com base na legislação orçamentária, é correto afirmar que essa inscrição:

- a) é indevida, pois despesas liquidadas devem ser canceladas e reempenhadas no exercício seguinte.
- b) é irregular, pois o pagamento fora do exercício afronta o princípio da anualidade orçamentária.
- c) só é possível se houver autorização legislativa específica para reabertura do crédito.
- d) deve ser registrada como despesa de exercícios anteriores, uma vez que o pagamento não ocorreu no exercício de origem.

e) é cabível, pois a despesa, uma vez empenhada e liquidada, pode ser inscrita como restos a pagar processados, permanecendo exigível até o pagamento ou cancelamento.

53. Durante auditoria realizada em um órgão federal, a equipe de controle interno questionou a forma de registro contábil dos valores concedidos a um servidor a título de suprimento de fundos, utilizados para custear despesas urgentes de pequeno vulto. O responsável alegou que o suprimento, por ser devolvido ou prestado contas posteriormente, deveria ser tratado como despesa extraorçamentária.

Considerando as normas de execução orçamentária, assinale a opção correta.

- a) O suprimento de fundos constitui despesa extraorçamentária, pois os recursos são adiantados a título provisório e retornam aos cofres públicos após a prestação de contas.
- b) O suprimento de fundos tem natureza financeira, não orçamentária, devendo ser reconhecido apenas no momento da prestação de contas.
- c) O suprimento de fundos é despesa orçamentária, executada por meio excepcional, que exige posterior comprovação e registro dos estágios da despesa.
- d) O suprimento de fundos representa operação de crédito a servidor, contabilizada como ativo a receber até a devolução do numerário.
- e) O suprimento de fundos corresponde a despesa extraordinária, dispensando empenho prévio e registro contábil no exercício.

54. Um órgão público identificou, em 2025, a existência de compromissos financeiros decorrentes de serviços prestados em 2023, para os quais não houve empenho nem inscrição em restos a pagar. A área orçamentária propôs o pagamento desses valores no exercício corrente.

Considerando as normas de execução da despesa, a forma correta de efetuar esse pagamento é:

- a) por meio de dotação específica destinada a Despesas de Exercícios Anteriores, registrada como despesa orçamentária do exercício corrente.
- b) mediante inscrição retroativa como restos a pagar processados, regularizando o pagamento.
- c) por execução extraorçamentária, uma vez que a obrigação é de exercício encerrado.
- d) por reabertura do crédito orçamentário original, desde que a dotação ainda exista.
- e) mediante reconhecimento do passivo sem necessidade de registro orçamentário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

55. A Constituição possui uma série de princípios tributários que configuram garantias do contribuinte. De acordo com a Constituição Federal, o princípio da anterioridade anual:

- a) aplica-se a todos os tributos sem exceção, desde que se refira à sua instituição ou majoração.
- b) não se aplica ao imposto de importação, ao imposto de exportação, ao IPI e ao IOF.
- c) não se aplica apenas ao imposto de importação, ao imposto de exportação e ao IOF, bem como os empréstimos compulsórios decorrentes de guerra externa ou sua iminência ou ainda os impostos extraordinários de guerra.
- d) aplica-se apenas aos impostos, não alcançando taxas e contribuições.
- e) exige o decurso de um ano entre a publicação da lei instituidora ou majoradora e a cobrança do tributo.

56. O lançamento tributário é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. De acordo com o Código Tributário Nacional, é errado afirmar que:

- a) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, independentemente de ter sido modificada ou revogada *a posteriori*.
- b) o lançamento pode ser alterado pela autoridade administrativa, independentemente de impugnação do sujeito passivo.
- c) cabe à autoridade administrativa realizar a notificação ao sujeito passivo, para que se proceda ao lançamento por homologação, sendo o prazo para pagamento ou impugnação previsto na legislação tributária.
- d) o lançamento de ofício pode ser realizado para corrigir erros de fato.
- e) a modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

57. Considerando não apenas os termos da Constituição Federal, mas também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a imunidade tributária recíproca:

- a) não se aplica a nenhuma empresa pública e sociedade de economia mista.
- b) aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- c) abrange o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.
- d) abrange os tributos sobre patrimônio, renda ou serviço das entidades imunes.
- e) pode ser estendida por lei complementar a outras entidades não previstas constitucionalmente.

58. A empresa hipotética "Alfa Comércio Ltda." realizou operações de circulação de mercadorias em abril de 2018, sujeitas ao ICMS. A empresa, dolosamente, deixou de recolher o imposto e omitiu as operações de sua escrituração fiscal, configurando fraude comprovada.

Em 10 de julho de 2023, a fiscalização estadual lavrou auto de infração constituindo o crédito tributário. A empresa alegou decadência do direito de o Fisco constituir o crédito.

Considerando o CTN, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O crédito tributário foi atingido pela decadência.
- b) O crédito tributário não foi atingido pela decadência.
- c) O crédito tributário foi atingido pela prescrição.
- d) O prazo aplicável é o prescricional de 5 anos, contado da lavratura do auto de infração em julho/2023.
- e) O prazo de 5 anos conta-se da data em que a fiscalização tomou conhecimento da fraude, logo não há decadência.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

59. Conforme a Constituição Federal de 1988 e o Regulamento da Previdência Social, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A respeito dos objetivos que regem a organização da seguridade social, assinale a alternativa correta:

- a) Um dos objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários, garantindo a preservação apenas do valor nominal.
- b) A seguridade social deve observar a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços exclusivamente para as populações rurais.
- c) A gestão da seguridade social deve ter caráter democrático e descentralizado, mediante gestão pentapartite, com participação do governo, dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e dos empregadores.
- d) A diversidade da base de financiamento, preservado o caráter contributivo da previdência social, é um dos objetivos da seguridade social.
- e) A universalidade do atendimento é um critério aplicável apenas à previdência social, visto seu caráter contributivo.

60. Para o cálculo do salário-de-contribuição do segurado empregado, diversas parcelas pagas ou creditadas pela empresa são excluídas da base de cálculo.

Assinale a opção que indica uma importância que integra o salário-de-contribuição:

- a) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional.
- b) O valor relativo a plano educacional ou bolsa de estudo para educação básica de dependentes de empregados, quando o valor mensal ultrapassar 5% da remuneração do segurado.
- c) A ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT.
- d) O reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade da criança.
- e) As diárias para viagens devidamente comprovadas.

61. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a filiação decorre, em regra, do exercício de atividade remunerada. Dentre as categorias de segurados obrigatórios, o Contribuinte Individual abrange diversas pessoas físicas que exercem atividade remunerada sem vínculo de emprego.

A esse respeito, assinale a opção que não corresponde a uma situação de filiação obrigatória na qualidade de Contribuinte Individual, de acordo com o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/99):

- a) O médico residente de que trata a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981.
- b) O notário ou tabelião, e o oficial de registros ou registrador, titular de cartório, que detêm a delegação do exercício da atividade notarial e de registro e não são remunerados pelos cofres públicos, admitidos a partir de 21 de novembro de 1994.
- c) O Ministro de confissão religiosa.

d) A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.

e) O estagiário que preste serviços a empresa nos termos da Lei nº 11.788, de 2008.

62. Márcio, segurado obrigatório do RGPS, perdeu a qualidade de segurado em junho de 2023. Em abril de 2024, ele se filiou novamente ao RGPS como empregado e, após recolher apenas 3 contribuições, necessitou afastar-se do trabalho por motivo de doença leve não relacionada ao trabalho.

De acordo com as regras de carência para benefícios por incapacidade do RGPS, assinale a opção correta:

- a) Márcio terá que cumprir integralmente o período de carência de 12 contribuições mensais, pois a perda da qualidade de segurado implica a anulação das contribuições anteriores para este tipo de benefício.
- b) Márcio poderá utilizar as contribuições anteriores à perda da qualidade de segurado, desde que conte, a partir da nova filiação, com metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência, ou seja, 6 contribuições mensais.
- c) Márcio não terá direito ao auxílio por incapacidade temporária, visto que a carência de 12 meses deve ser cumprida integralmente e de forma contínua após a nova filiação.
- d) Como a doença é comum e não acidentária, a concessão do auxílio por incapacidade temporária dependerá de 180 contribuições mensais após a nova filiação.
- e) O benefício independerá de carência, pois Márcio é segurado empregado, categoria para a qual a carência é sempre dispensada no auxílio por incapacidade temporária.

63. Jonas é segurado especial, pescador artesanal que faz da pesca sua profissão habitual.

Em relação à sua condição previdenciária e às regras de exclusão dessa categoria, conforme o Regulamento da Previdência Social, assinale a opção incorreta:

- a) Jonas mantém a qualidade de segurado especial se exercer mandato eletivo de vereador do Município onde desenvolve a atividade rural, ou se for dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais.
- b) A outorga de até 50% de imóvel rural cuja área total não seja superior a quatro módulos fiscais, por meio de parceria ou meação, não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade.
- c) Jonas poderá perder a qualidade de segurado especial se passar a se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regulamento da Previdência Social.
- d) O tempo de exercício de atividade remunerada por até 180 dias, corridos ou intercalados, no ano civil, descaracteriza automaticamente a condição de segurado especial.
- e) A participação de Jonas em sociedade empresária ou sociedade simples de objeto agrícola, agroindustrial ou agroturístico, considerada microempresa, não descaracteriza sua condição de segurado especial se a pessoa jurídica for composta apenas por segurados especiais e mantida a atividade rural.

64. Sobre o Regime de Previdência Complementar, regulado pela Lei Complementar nº 109/2001, assinale a alternativa correta:

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar, é de filiação obrigatória e é operado exclusivamente por entidades fechadas de previdência complementar.
- b) As contribuições vertidas para as entidades de previdência complementar são dedutíveis para fins de incidência de imposto sobre a renda, e sobre elas incidem tributação e contribuições de qualquer natureza.
- c) Um dos objetivos da ação do Estado é assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios.
- d) A concessão de benefício pela previdência complementar está condicionada e só é possível após a concessão de benefício pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- e) As entidades abertas são aquelas acessíveis apenas aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores públicos.

65. A empresa Alfa Ltda. possui 500 empregados e está em fase de expansão. Conforme a legislação previdenciária, empresas com 100 ou mais empregados têm a obrigação de preencher um percentual de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

Considerando o número de empregados da Alfa Ltda. (500), qual é o percentual legal mínimo de cargos que a empresa está obrigada a preencher com os referidos profissionais reabilitados ou pessoas com deficiência?

- a) Mínimo de 1%.
- b) Mínimo de 2%.
- c) Mínimo de 3%.
- d) Mínimo de 4%.
- e) Mínimo de 5%.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

66. Pedro, com 15 anos, foi emancipado por meio de instrumento público lavrado com o consentimento de ambos os pais. A partir da emancipação, Pedro:

- a) passa a ser plenamente capaz para todos os atos da vida civil.
- b) continua relativamente incapaz até os 18 anos.
- c) adquire apenas capacidade de fato, mas não de direito.
- d) somente pode exercer atos da vida civil mediante assistência.
- e) torna-se absolutamente incapaz.

67. No que tange às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- a) A existência legal da pessoa jurídica começa com a assinatura do contrato social.
- b) A simples manifestação de vontade dos sócios gera efeitos jurídicos imediatos.
- c) A inscrição no CNPJ é suficiente para a personificação.
- d) Sua personalidade jurídica é adquirida com o início das atividades.
- e) A personalidade jurídica é adquirida com o registro do ato constitutivo no órgão competente.

68. Joana contratou a venda de uma casa localizada em terreno urbano. Ao vistoriar o imóvel após a celebração do contrato, percebeu que os aparelhos de ar-condicionado haviam sido retirados, bem como as luminárias e o fogão embutido, o que não estava pactuado.

Com base no Código Civil, é correto afirmar:

- a) Os bens retirados são pertencas e, salvo disposição contratual expressa, não acompanham o imóvel.
- b) As luminárias e o fogão embutido são partes integrantes do imóvel e, por regra, devem acompanhar a venda.

c) Apenas os bens móveis por natureza podem ser considerados pertencas e, portanto, retirados.

d) Por não haver cláusula específica, presume-se que a vendedora pode remover quaisquer bens do interior da casa.

e) O fogão embutido e as luminárias são considerados bens móveis por adaptação, podendo ser removidos livremente após a venda.

69. No plano da existência do negócio jurídico, a ausência de um de seus elementos essenciais resulta:

- a) Na nulidade absoluta, pois todos os negócios exigem validade formal.
- b) Na anulabilidade, desde que haja prejuízo a terceiro de boa-fé.
- c) Na inexistência jurídica do negócio, por falta de suporte fático mínimo.
- d) Na eficácia suspensa até a manifestação de vontade da parte interessada.
- e) A ausência de elementos essenciais gera um negócio anulável, desde que não haja má-fé.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

70. No que diz respeito à tutela provisória, assinale a opção correta de acordo com o CPC.

- a) A sua efetivação obedecerá às normas de execução de título extrajudicial.
- b) Não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- c) Requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- d) Será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- e) Só pode ser fundamentada em urgência.

71. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), a reclamação

- a) Pode ser proposta perante qualquer juízo.
- b) Compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.
- c) Deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Deve ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) Não admite impugnação.

72. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos

- a) 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado
- b) 150 (cento e cinquenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado
- c) 60 (sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- d) 120 (cento e vinte) dias, contados da elaboração do ato impugnado.
- e) 60 (sessenta) dias, contados da elaboração do ato impugnado.

73. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o rol de cabimento do agravo de instrumento:

- a) É taxativo.
- b) É meramente exemplificativo.
- c) É de taxatividade mitigada.
- d) É *numerus clausus*
- e) É meramente orientativo.

74. Considerando as disposições do CPC que regem o cumprimento de sentença, assinale a opção correta.

- a) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje

expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.

- b) A procuração outorgada na fase de conhecimento é ineficaz para o cumprimento de sentença.
- c) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, não se admite a instauração de cumprimento de sentença.
- d) O cumprimento da sentença não pode ser processado pelos tribunais.
- e) O incidente de desconconsideração é cabível no cumprimento de sentença.

75. Em relação à prova testemunhal, o CPC estabelece que determinadas autoridades serão inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função. Não se aplica essa regra a

- a) Conselheiros dos Tribunais de contas do Estado.
- b) Ministro do Tribunal de Contas da União.
- c) Vereador.
- d) Procurador Geral do Município.
- e) Advogado-Geral da União

76. De acordo com o disposto no Código de Processo Civil (CPC) acerca da modificação da competência, assinale a opção correta.

- a) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas sucessivamente.
- b) A competência em razão do valor e do território é inderrogável por convenção das partes.
- c) A citação do réu torna prevento o juízo que a ordenou.
- d) O ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

77. Acerca dos princípios da legalidade e da anterioridade no Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da legalidade/reserva legal não impede a utilização de medida provisória para instituir ou agravar infrações penais.
- b) B) O princípio da legalidade exige que a lei que defina o crime e comine a pena seja genérica, admitindo a analogia in malam partem para cobrir lacunas.
- c) A partir da observância dos princípios da legalidade e da anterioridade, o Código Penal estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina.
- d) O princípio da anterioridade impede, de forma absoluta, a aplicação de lei penal mais benéfica aos fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor.
- e) Os princípios da legalidade e da anterioridade possuem natureza exclusivamente processual, não sendo aplicáveis ao direito penal material.

78. Indique a alternativa que expressa corretamente o conceito de dolo direto, que ocorre.

- a) Quando, iniciada a execução do crime, este não se consuma por fatores externos à vontade do agente.
- b) Quando estão presentes todos os elementos previstos na definição legal do tipo penal.
- c) Quando o agente age com a intenção de produzir o resultado.
- d) Quando o resultado decorre da imprudência, negligência ou imperícia do agente.
- e) Quando o agente não deseja o resultado, mas aceita o risco de provocá-lo.

79. Sobre as causas que excluem a ilicitude, indique a alternativa INCORRETA:

- a) No estado de necessidade, é exigido que o perigo não tenha sido provocado voluntariamente pelo agente.

b) O estado de necessidade defensivo ocorre quando, por equívoco na execução, o agente atinge um bem jurídico de terceiro.

c) Na legítima defesa, o excesso doloso ou culposos desnaturaliza a causa de exclusão da ilicitude, devendo o agente responder penalmente pelo resultado.

d) Não é admitida legítima defesa em relação a uma agressão futura baseada apenas em suposição.

e) Os requisitos do exercício regular de um direito incluem proporcionalidade, necessidade e consciência do agente de que age dentro dos limites legais.

80. Sobre a culpabilidade e o erro de proibição, de acordo com a teoria tripartida adotada pelo Código Penal, indique a alternativa correta:

- a) O erro de proibição inevitável elimina a culpabilidade, afastando, portanto, a aplicação da pena.
- b) A culpabilidade compreende como elementos centrais a tipicidade e a ilicitude do fato.
- c) O erro de tipo permissivo configura excludente de ilicitude em qualquer situação.
- d) O desconhecimento da lei penal é sempre inescusável, salvo quando a norma for recém-promulgada.
- e) A imputabilidade penal está restrita exclusivamente à idade do agente.

Discursiva Conhecimentos Gerais

Em um procedimento licitatório destinado à execução de obra pública para a construção de uma escola estadual, o edital do certame apresenta as seguintes disposições:

- (I) não inclui o orçamento estimado da contratação;
- (II) atribui ao futuro contratado a responsabilidade pela elaboração do projeto básico;
- (III) estabelece que a fase de habilitação ocorrerá após o julgamento das propostas, limitando-se ao licitante classificado em primeiro lugar;
- (IV) determina a existência de fase recursal única, abrangendo eventuais recursos relacionados tanto às propostas quanto à habilitação.

Após a conclusão do processo licitatório e durante a execução do contrato, o Ministério Público encaminha representação ao Tribunal de Contas, requerendo a adoção de medidas diante de supostas irregularidades e inconstitucionalidades contidas no edital e, por consequência, no contrato firmado.

Considerando o cenário exposto, elabore redija uma questão dissertativa que responda, de forma fundamentada, aos seguintes comandos:

- a) Faça a análise individual da validade jurídica de cada uma das cláusulas do edital acima indicadas, apontando os dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;
- b) Indique quais providências o Tribunal de Contas poderá adotar caso sejam constatadas ilegalidades ou afrontas ao ordenamento jurídico;
- c) Explique quais são os direitos da empresa contratada, na hipótese de o contrato vir a ser anulado.

Observação: a resposta deve basear-se na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva Conhecimentos Específicos

A responsabilidade na gestão das finanças públicas é um dos pilares da administração moderna e transparente. No Brasil, a consolidação desse princípio ocorreu com a edição da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu parâmetros para assegurar o equilíbrio das contas públicas e o uso racional dos recursos do Estado. A LRF representa um marco na busca pela eficiência na aplicação do dinheiro público, definindo limites para gastos, endividamento e concessão de benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, busca evitar práticas que comprometam o equilíbrio fiscal de governos futuros, promovendo uma cultura de planejamento e de controle das despesas, especialmente em períodos sensíveis, como os anos eleitorais, em que há restrições adicionais à execução orçamentária.

Considerando o caráter motivador do texto precedente, responda aos tópicos a seguir:

- a) Explique qual é o propósito principal estabelecido pela LRF no contexto da gestão fiscal responsável.
- b) Indique as normas relativas à gestão de receitas.
- c) Indique as condições que devem ser observadas para que ocorra o aumento de despesas no âmbito da administração pública.
- d) Conceitue o que se entende por despesa obrigatória de caráter continuado e explique os requisitos legais para sua ampliação.
- e) Aponte as regras específicas aplicáveis às despesas com pessoal no âmbito estadual durante ano eleitoral, segundo os parâmetros fixados pela LRF.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
